



RELATÓRIO

O Sector da Construção em Portugal - 2013

Agosto de 2014



Ficha Técnica

Título:

Relatório Anual do Sector da Construção em Portugal | 2013

Autoria:

Catarina Gil

Coordenação Geral:

Pedro Ministro

Direção Financeira, de Estudos e de Estratégia

Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P.

Av. Júlio Dinis, 11

1069-010 Lisboa

Telefone: 217 946 700 | Fax: 217 946 799 | Email: geral@inci.pt

Índice

1. Enquadramento Macroeconómico	5
1.1. Produto Interno Bruto (PIB)	6
1.2. Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)	7
1.3. O Valor Acrescentado Bruto (VAB)	10
1.4. O Índice de Preços no Consumidor	12
1.5. O Mercado de Trabalho	12
2. O mercado em Portugal - indicadores sectoriais	15
2.1. Contextualização	15
2.2. Obras Particulares - Licenciadas e Concluídas	15
2.3. Obras Públicas	18
2.4. Taxa de juro implícita	19
2.5. Valores médios de avaliação bancária	20
2.6. Índice de Produção na Construção e Obras Públicas	21
2.7. Vendas de cimento para o mercado interno	22
2.8. Índice de Custos de Construção	22
2.9. Segurança no Trabalho	23
3. O tecido empresarial do sector da construção	24
3.1. Títulos emitidos	24
3.1.1. Distribuição por classe de alvarás	26
3.1.2. Distribuição geográfica	27
3.2. Análise da situação financeira das empresas no exercício de 2012	28
3.2.1. Sector da construção	28
3.3. Insolvências no sector	33
4. A EUROPA	34
4.1. Portugal e os países do <i>Euroconstruct</i>	34
5. Síntese	37
6. Fontes Estatísticas	39

Quadros

Quadro 1 – Produto Interno Bruto 2000/2013 – variação anual (%)	6
Quadro 2 – Composição do crescimento em volume do PIB (ano de referência 2006) taxas de variação homóloga.....	7
Quadro 3 – Evolução da Formação Bruta de Capital Fixo em volume	7
Quadro 4 – Evolução do VAB em volume.....	10
Quadro 5 – Número de fogos licenciados e concluídos por região.....	17
Quadro 6 – Valor dos contratos de Empreitadas de Obras Públicas e seu peso	18
Quadro 7 – Valores médios de avaliação bancária – Habitação (Euros/m ²)	20
Quadro 8 – Vendas de Cimento para o mercado interno (milhares de toneladas).....	22
Quadro 9 – Classes de alvarás	24
Quadro 10 – Distribuição do número de empresas por classe de alvará	26
Quadro 11 – Amostra das empresas objeto de análise.....	28
Quadro 12 – Liquidez Geral	29
Quadro 13 – Número de empresas com Liquidez Geral inferior a 100% por classe	29
Quadro 14 – Autonomia Financeira	30
Quadro 15 – Número de empresas com Autonomia Financeira inferior a 5% por classe.....	30
Quadro 16 – Rentabilidade dos Capitais Próprios.....	31
Quadro 17 – Custos com Pessoal	31
Quadro 18 – Volume de Negócios em Obra	32
Quadro 19 – Número de empresas sem Volume de Negócios em Obra por classe.....	32
Quadro 20 – Número de empresas em processo de insolvência no sector da construção	33
Quadro 21 – Output da Construção (taxas de crescimento real %)	34
Quadro 22 – Edifícios Residenciais (Variação da produção %).....	35
Quadro 23 – Edifícios Não Residenciais (Variação da produção %)	35
Quadro 24 – Engenharia Civil (Variação da produção %).....	36

Gráficos

Gráfico 1 – PIB a preços de mercado – dados encadeados em volume – taxa de variação homóloga (%).....	6
Gráfico 2 – Peso da FBCF da Construção na FBCF Total (%)	8
Gráfico 3 – FBCF nos diversos segmentos - variação dos dados encadeados em volume	9
Gráfico 4 – Formação Bruta de Capital Fixo (taxas de variação homóloga %)	9
Gráfico 5 – Peso do VAB da Construção no VAB Total (%)	11
Gráfico 6 – Valor Acrescentado Bruto (taxas de variação homóloga %)	11
Gráfico 7 – Índice de Preços ao Consumidor em Portugal (variação média anual).....	12
Gráfico 8 – População empregada - Variação Homóloga (%).....	13
Gráfico 9 – Emprego na Construção / Emprego Total (%).....	13
Gráfico 10 – Emprego na Construção/Emprego Total - Variação homóloga (%)	14
Gráfico 11 – Número de Obras Licenciadas e Concluídas 2010 – 2013.....	16
Gráfico 12 – Número de Obras Licenciadas e Concluídas por trimestre	17
Gráfico 13 – Evolução da Taxa de juro implícita.....	19
Gráfico 14 – Evolução das taxas de juro no crédito à habitação por destino de financiamento	19
Gráfico 15 – Evolução dos valores médios de avaliação bancária (valores em euros/m ²).....	21
Gráfico 16 – Índice bruto de produção.....	21
Gráfico 17 – Índice de custos de construção de habitação nova (variação homóloga %).....	23
Gráfico 18 – Número de acidentes de trabalho mortais	23
Gráfico 19 – Títulos habilitantes válidos 2010/2013	25
Gráfico 20 – Distribuição de Alvarás por Região Nuts II (2013).....	27
Gráfico 21 – Distribuição de Títulos de Registo por Região Nuts II (2013).....	27

1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

O ano de 2013 continuou a ser marcado pelo processo de ajustamento da economia portuguesa, enquadrado pelo programa de assistência económica e financeira. No cumprimento das medidas exigidas neste programa, tem-se observado significativas perdas no produto e emprego acentuadas pela crise económica e financeira internacional.

A economia portuguesa em 2013 insistiu num cenário de restritividade das condições monetárias e financeiras e da contenção da política orçamental. Prosseguiu também a desalavancagem do sistema bancário, o que constituiu um fator importante no contexto do ajustamento dos desequilíbrios na economia. Este ajustamento permitiu que os bancos portugueses passassem a registar rácios entre empréstimos e depósitos mais próximos da média da UE.

No entanto a tendência recessiva “suavizou-se”, com uma diminuição do Produto Interno Bruto, apresentando uma perda na atividade económica (-1,4% de crescimento do PIB), após reduções de 1,3% e 3,2%, em 2011 e 2012, respetivamente, refletindo uma queda generalizada da procura interna mitigada pelo crescimento das exportações e o condicionamento do investimento público, factos que influenciaram o crescimento da economia nacional.

Segundo informação do Banco de Portugal, a economia portuguesa em 2013, apresentou um dos mais baixos crescimentos da UE.

O sector da construção, por ser um sector que funciona como barómetro da economia nacional, sentiu fortemente os efeitos da recessão e tem visto a sua situação degradar-se, nomeadamente ao nível do volume de negócios e, conseqüentemente, do seu contributo para o investimento nacional. Acresce também, e em consequência do referido, a degradação da representatividade que este sector tem para o mercado nacional de emprego.

1.1. Produto Interno Bruto (PIB)

Em 2013, a evolução do PIB diminuiu 1,4% no seguimento dos dois anos anteriores e principalmente de uma quebra muito significativa na atividade económica em 2012, com -3,2%.

Esta redução, menos acentuada em 2013, resultou do contributo menos negativo da procura interna (em 2012 com uma variação de -6,6% e em 2013, uma variação de -2,6%) refletindo a evolução no mesmo sentido do consumo privado.

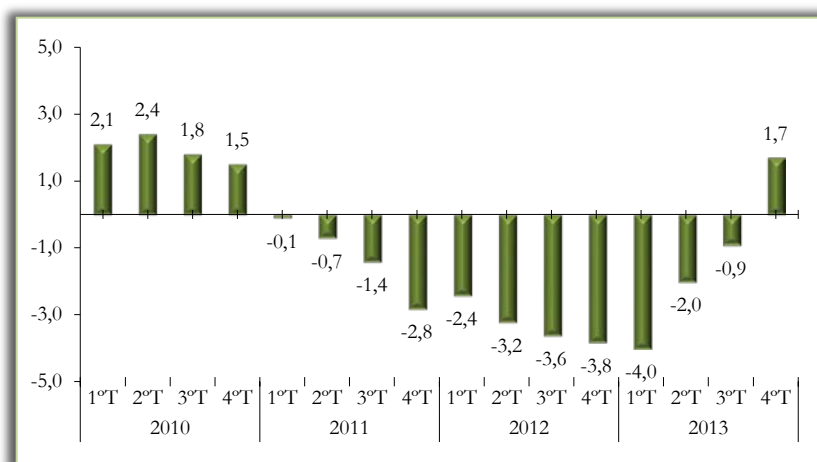
Quadro 1 – Produto Interno Bruto 2000/2013 – variação anual (%)

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
PIB	3,9	2,0	0,8	-0,9	1,6	0,8	1,4	2,4	0,0	-2,9	1,9	-1,3	-3,2	-1,4

Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais e Anuais Preliminares – 4º trimestre de 2013 e ano 2013

Analisando a evolução trimestral, constata-se que, embora 2010 tenha sempre apresentado variações positivas da atividade, ainda que com níveis de crescimento progressivamente menores, 2011 e 2012 não resistiram ao comportamento negativo da procura interna destacando-se a diminuição das despesas de consumo e do investimento. O ano de 2013 começou a apresentar ligeiras melhorias chegando ao último trimestre do ano com uma variação positiva (1,7%).

Gráfico 1 – PIB a preços de mercado – dados encadeados em volume – taxa de variação homóloga (%)



Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais e Anuais Preliminares – 4º trimestre de 2013 e ano 2013

Embora as exportações tenham tido uma aceleração no seu comportamento, a procura externa líquida tem vindo a diminuir o seu contributo positivo, refletindo um aumento das importações de bens e serviços em volume.

Em termos nominais, o PIB situou-se em cerca de 165,9 mil milhões de euros neste último ano.

Quadro 2 – Composição do crescimento em volume do PIB (ano de referência 2006) taxas de variação homóloga

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Procura Interna	3,3	1,7	-0,2	-1,9	2,9	1,4	0,8	2,0	0,8	-3,3	1,8	-5,1	-6,6	-2,6
Exportações	8,8	1,8	2,8	3,6	4,1	0,2	11,6	7,5	-0,1	-10,9	10,2	6,9	3,2	6,1
Importações	5,6	1,0	-0,5	-0,5	7,6	2,3	7,2	5,5	2,3	-10,0	8,0	-5,3	-6,6	2,8

Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais e Anuais Preliminares – 4º trimestre de 2013 e ano 2013

1.2. Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)

A Formação Bruta de Capital Fixo tem tido um comportamento irregular ao longo dos anos. Refira-se que na última década, com exceção dos anos 2004, 2007 e 2010, as variações têm sido negativas, com particular destaque para o ano de 2009 e 2012 em que a FBCF decresceu 13,3% e 13,4% respetivamente.

Quadro 3 – Evolução da Formação Bruta de Capital Fixo em volume

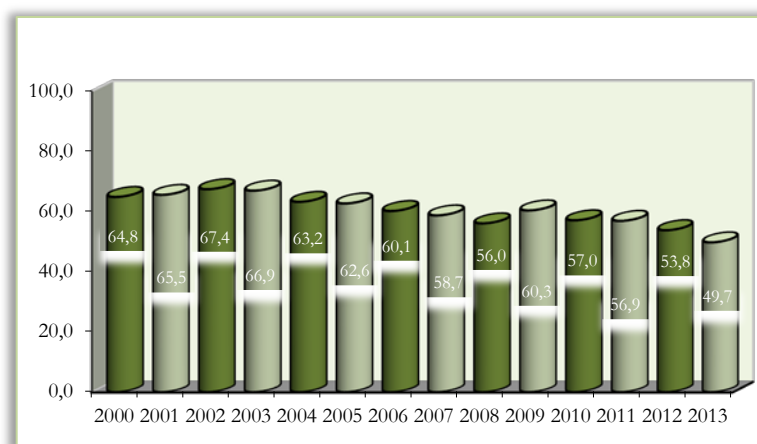
Unidade: milhões de euros

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
FBCF Total	41.055,0	41.539,6	39.411,4	36.301,3	37.648,0	37.304,5	37.078,2	37.843,7	37.802,0	32.785,7	33.232,4	29.527,7	25.563,3	23.697,0
Taxas de Variação Anual %	1,6	1,2	-5,1	-7,9	3,7	-0,9	-0,6	2,1	-0,1	-13,3	1,4	-11,1	-13,4	-7,3
FBCF da Construção	26.606,2	27.206,7	26.554,3	24.282,4	23.786,1	23.368,6	22.294,6	22.205,5	21.178,8	19.779,0	18.957,7	16.786,7	13.741,4	11.780,7
Taxas de Variação Anual %	3,6	2,3	-2,4	-8,6	-2,0	-1,8	-4,6	-0,4	-4,6	-6,6	-4,2	-11,5	-18,1	-14,3

Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais - 4º Trimestre de 2013 e ano 2013

Neste domínio, é ainda de referir que, se por um lado a FBCF no sector da construção tem tido um comportamento consistentemente negativo (desde 2002 que, anualmente, este indicador tem tido taxas de variação negativas), por outro, a sua “volatilidade” é menor do que a da FBCF total. Não obstante, é notório que o peso da FBCF da construção tem perdido consistentemente peso na FBCF total. O ano de 2012 foi um ano em que o investimento no setor da construção sofreu uma queda significativa (-18,1%). Entre 2002 e 2013, a relevância da FBCF diminuiu cerca de 17 pontos percentuais, tendo passado de 67,4% para 49,7%.

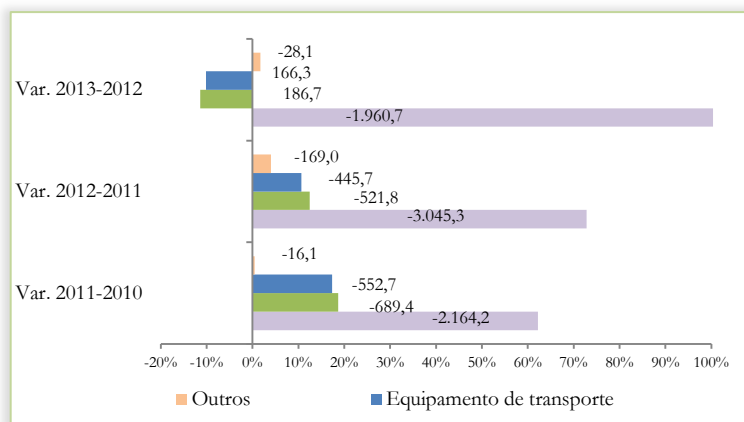
Gráfico 2 – Peso da FBCF da Construção na FBCF Total (%)



Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais e Anuais Preliminares – 4º trimestre de 2013 e ano 2013

O segmento da construção foi aquele que sofreu maior variação nos biénios apresentados, tendo sido o que mais contribuiu para a redução do investimento. A FBCF em equipamento de transportes bem como outras máquinas e equipamento recuperaram em 2013 apresentando variações positivas, ou seja, no gráfico o peso destes segmentos no investimento total é positivo

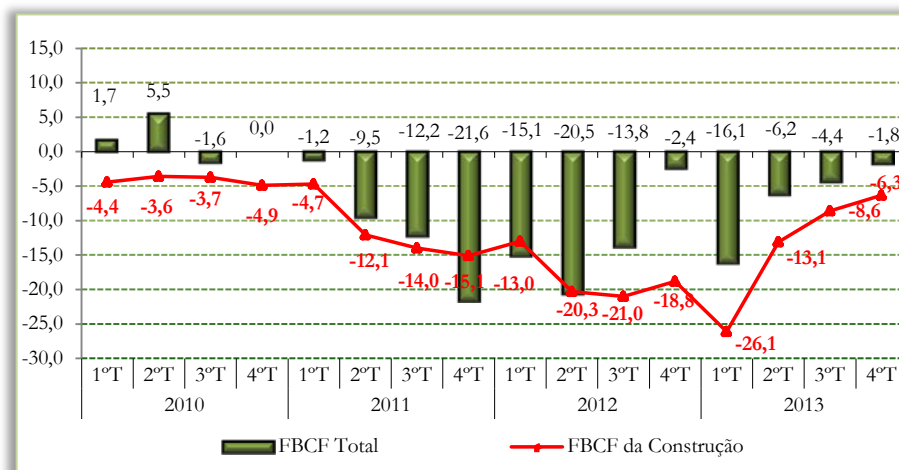
Gráfico 3 – FBCF nos diversos segmentos - variação dos dados encadeados em volume



Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais e Anuais Preliminares – 4º trimestre de 2013 e ano 2013
 Nota: os valores das variações são em milhões de euros

Numa análise trimestral, o comportamento da FBCF apresentou uma tendência semelhante à evolução do PIB, ainda que com maior variação ou oscilação.

Gráfico 4 – Formação Bruta de Capital Fixo (taxas de variação homóloga %)



Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais e Anuais Preliminares – 4º trimestre de 2013 e ano 2013

A FBCF da Construção, por seu lado, acompanhou a tendência da FBCF Total, se bem que com uma oscilação menos pronunciada. Importa referir que no 4º trimestre de 2012, a FBCF Total e a do sector foram as mais discordantes durante os quatro anos analisados. Importa ainda observar o 1º trimestre de 2013 em que a FBCF do setor atingiu uma variação de -26,1% começando a inverter (ainda com variações negativas mas menos acentuadas) logo nos trimestres seguintes.

1.3. O Valor Acrescentado Bruto (VAB)

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) continuou a apresentar uma taxa de variação negativa, de -1,4%, após ter registado -3,1% em 2012. O VAB no sector da construção apresentou, por seu lado, uma diminuição mais expressiva de -13,9%, tendo sido ligeiramente menor que em 2012.

Quadro 4 – Evolução do VAB em volume

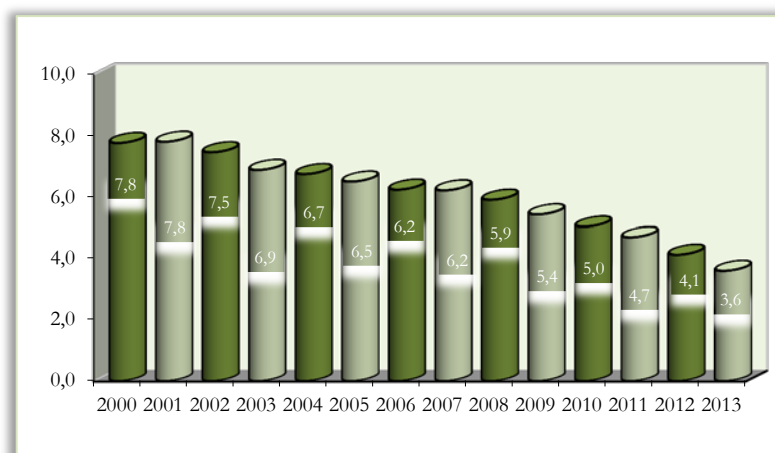
Unidade: milhões de euros

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
VAB Total	152.155,9	155.160,6	156.346,7	154.922,2	157.339,5	158.559,0	160.855,4	164.660,2	164.646,2	159.857,7	162.953,2	160.915,5	155.964,1	153.723,7
Taxas de Variação Anual	3,9	2,0	0,8	-0,9	1,6	0,8	1,4	2,4	0,0	-2,9	1,9	-1,3	-3,1	-1,4
VAB da Construção	11.804,0	12.100,0	11.656,1	10.657,9	10.610,7	10.304,7	10.033,7	10.231,5	9.728,3	8.688,4	8.215,2	7.555,3	6.438,7	5.542,9
Taxas de Variação Anual	6,0	2,5	-3,7	-8,6	-0,4	-2,9	-2,6	2,0	-4,9	-10,7	-5,4	-8,0	-14,8	-13,9

Fonte: INE Contas Nacionais Trimestrais e Anuais Preliminares – 4º trimestre de 2013 e ano 2013

À semelhança do que se verifica com a FBCF, também ao nível do VAB, o sector da construção viu diminuir o seu peso, perdendo 4,2 pontos percentuais de 2000 e 2001 (quando representava 7,8% do VAB total) para 2013 (3,6%). Esta perda de peso relativo corresponde a uma diminuição do valor nominal do VAB da construção, que de um valor de 12.100,0 milhões de euros em 2001, passou para 5.542,9 milhões de euros em 2013, diminuindo nominalmente 54,1%.

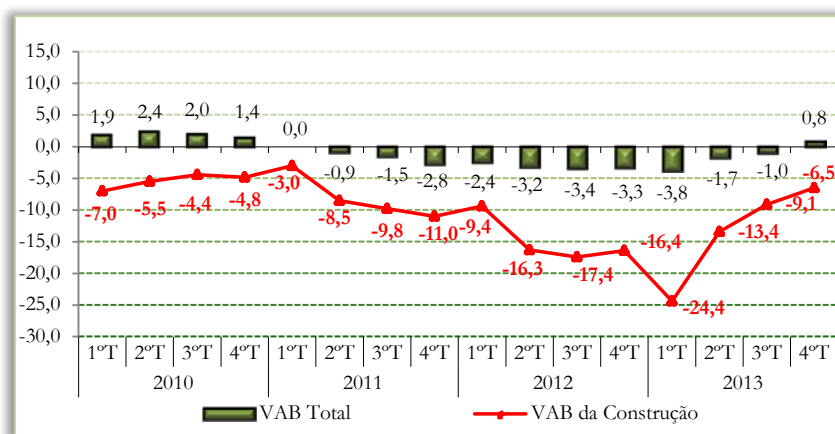
Gráfico 5 – Peso do VAB da Construção no VAB Total (%)



Fonte: INE Contas Nacionais – 4º trimestre de 2013 e ano 2013

Numa análise trimestral dos quatro últimos anos, constata-se que o VAB da construção apresentou sistematicamente um desempenho inferior ao da economia, ainda que durante o ano de 2010 se tenha verificado uma diminuição da tendência divergente entre o VAB do sector e o VAB total.

Gráfico 6 – Valor Acrescentado Bruto (taxas de variação homóloga %)

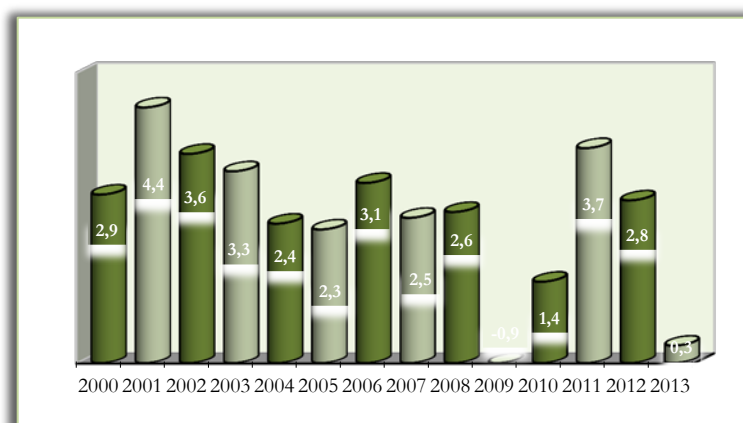


Fonte: INE Contas Nacionais – 4º trimestre de 2013 e ano 2013

1.4. O Índice de Preços no Consumidor

No gráfico seguinte verifica-se que, em 2013, o indicador da inflação registou uma taxa de variação média de 0,3%, comparando com o ano anterior de 2,8%. Este indicador tem sido equilibrado na última década com exceção do ano de 2009 que registou uma deflação, com uma variação média de -0,9%, em resultado da diminuição da procura interna e este último ano com 0,3%, que segundo informação do INE a justificação para a desaceleração do indicador, em 2013 comparando com 2012 deve-se ao aumento menos expressivo dos preços dos produtos energéticos.

Gráfico 7 – Índice de Preços ao Consumidor em Portugal (variação média anual)



Fonte: INE - Índice de Preços no Consumidor – Dezembro de 2013

1.5. O Mercado de Trabalho

O Emprego

De acordo com as Estatísticas de Emprego do INE, em 2013, a população ativa sofreu uma redução muito significativa, observando-se uma queda de 1,9%, após quedas de 0,2% e 0,9% em 2011 e 2012, respetivamente. A população ativa situava-se em 2013 nos 5.389,4 mil indivíduos, traduzindo uma diminuição de 105 mil indivíduos face ao ano anterior.

Em relação à população empregada, 2013 totalizou 4.513,5 mil indivíduos, registando também um decréscimo homólogo de -2,6%, ainda assim menos acentuada que em 2012.

Gráfico 8 – População empregada - Variação Homóloga (%)

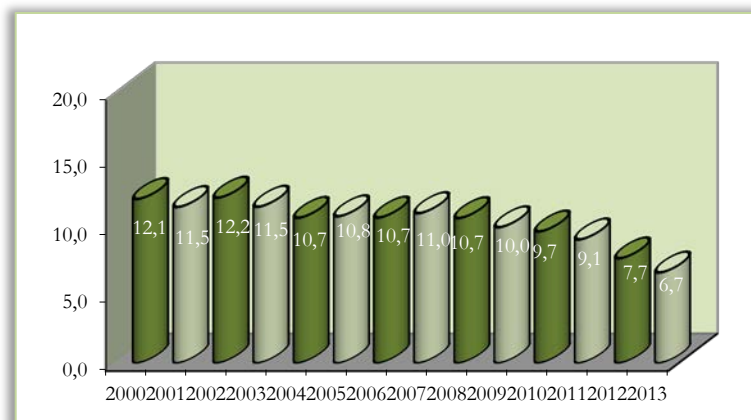


Fonte: INE - Estatísticas do Emprego - 4º Trimestre de 2013

Acompanhando a tendência da economia, o sector da construção registou, em 2013, uma diminuição de 15,9% da população empregada, correspondente à perda de 56,7 mil indivíduos, de 2012 (357,2 mil indivíduos) para 2013 (300,5 mil).

A diminuição da população empregada no sector da construção foi significativa no total da população empregada, que em 2013 registou 6,7%. Esta tem, aliás, sido uma tendência geral, na medida em que desde 2002 o sector da construção tem vindo a perder peso no emprego total.

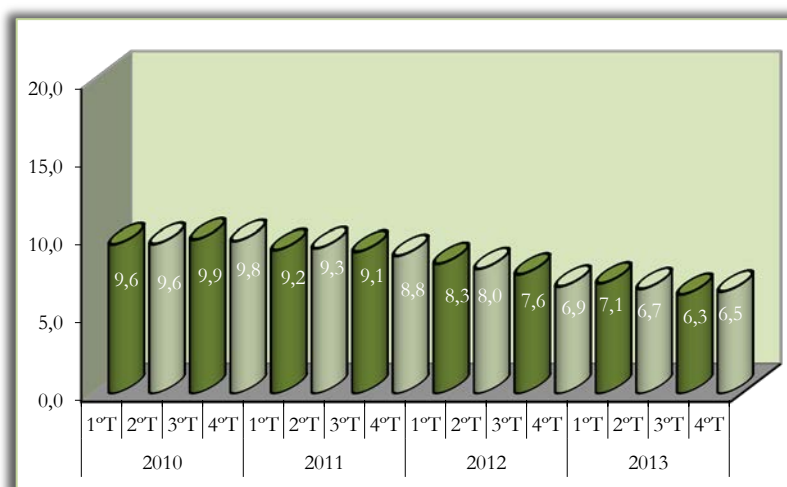
Gráfico 9 – Emprego na Construção / Emprego Total (%)



Fonte: INE - Estatísticas do Emprego - 4º Trimestre de 2013

Em termos trimestrais, o número de empregados no sector da construção diminuiu 6,5% no 4º trimestre de 2013, comparando com o mesmo trimestre de 2012. No entanto relativamente ao trimestre anterior de 2013 assistiu-se a uma ligeira melhoria de 3%, passando de 288,9 mil indivíduos para 298,1 mil.

Gráfico 10 – Emprego na Construção/Emprego Total - Variação homóloga (%)



Fonte: INE - Estatísticas do Emprego - 4º Trimestre de 2013

2. O MERCADO EM PORTUGAL - INDICADORES SECTORIAIS

2.1. Contextualização

Em 2013, a produção do sector da construção voltou a registar uma quebra em termos reais. Esta quebra de produção começa a atenuar a partir do 4º trimestre do ano, assistindo-se aos primeiros sinais de estabilização no nível de atividade do setor.

A dificuldade cada vez maior no acesso ao crédito, à qual se juntam problemas específicos do sector, e a própria conjuntura económica, agravaram significativamente a tesouraria das empresas, influenciando o investimento público e privado nos últimos anos.

A atividade da construção movimenta vários sectores a montante e a jusante da sua cadeia de produção, daí decorrendo que seja considerado um dos sectores impulsionadores da economia nacional, não só pelo seu peso específico na criação de riqueza como também de emprego, tendo em conta o seu óbvio efeito multiplicador, sendo, por isso, uma atividade fundamental para o crescimento da economia.

2.2. Obras Particulares - Licenciadas e Concluídas

Pela análise do gráfico 11, verifica-se que a tendência de evolução do número de edifícios licenciados¹ e concluídos² tem vindo a diminuir nos anos apresentados, embora o número de edifícios concluídos seja superior ao número dos edifícios licenciados o que significa que para o sector é mais importante a conclusão das obras já iniciadas do que propriamente investir em novo edificado.

Em 2013 foram licenciados cerca de 16,8 mil edifícios (cerca de -18,9% em relação a 2012, correspondendo a um decréscimo de 3,9 mil edifícios) e concluídos cerca de 19,6 mil edifícios (com uma variação também negativa de -24,1% em relação a 2012, correspondendo a um decréscimo de cerca de 6,2 mil edifícios).

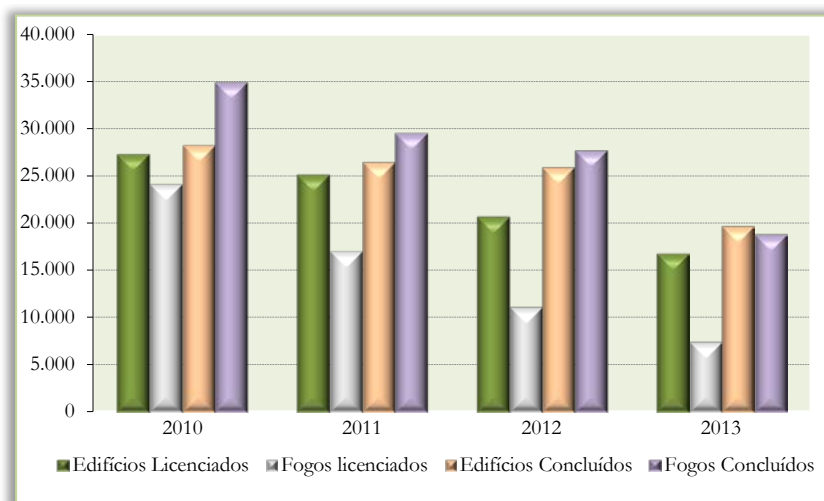
¹ O total de edifícios licenciados inclui construções novas, ampliações, alterações, reconstruções e demolições de edifícios.

² O total de edifícios concluídos inclui construções novas, ampliações, alterações e reconstruções de edifícios

Em relação ao número de fogos licenciados e concluídos destacam-se as discrepâncias nestes três últimos anos, que poderão ser explicadas pela crise e pelas exigências impostas pelo setor bancário para a obtenção do crédito à habitação, no que respeita ao financiamento da promoção imobiliária e no financiamento de imóveis, razões pelas quais o sector da construção retraiu o investimento nesta componente.

Refira-se ainda o decréscimo acentuado de licenciamento de fogos em construções novas: 7,4 mil licenciamentos em 2013, comparando com 2010 que ultrapassou os 24 mil, correspondendo a uma diminuição significativa de cerca de -69%, podendo indiciar uma transformação estrutural no sector.

Gráfico 11 – Número de Obras Licenciadas e Concluídas 2010 – 2013



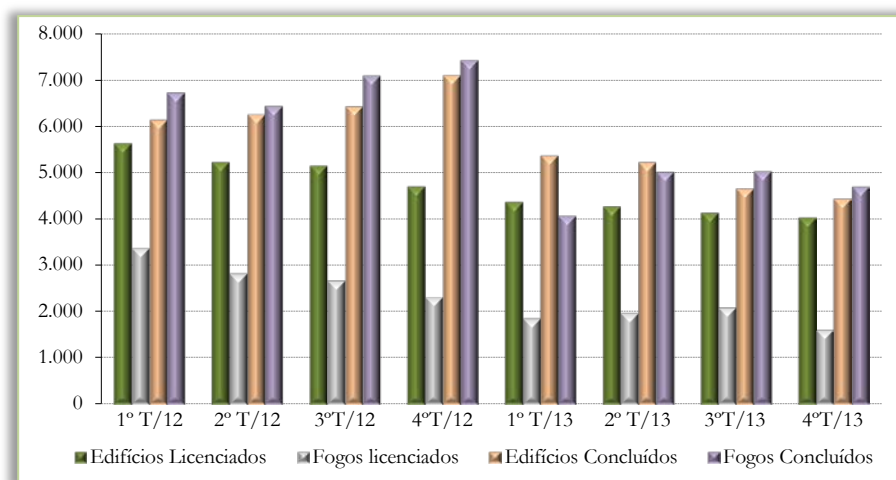
Fonte: INE

Numa análise trimestral, destaca-se o 4º trimestre de 2012, nestes dois últimos anos, em que foi aquele que se concluiu mais edifícios, dos quais 7,4 mil correspondem a fogos.

Em relação ao 4º trimestre de 2013 foram licenciados cerca de 4 mil edifícios, correspondendo a uma variação homóloga de -14,3% e trimestral de -2,6% e foram concluídos cerca de 4,4 mil edifícios com uma variação homóloga de -37,6% e trimestral -4,7%.

Ainda no 4º trimestre de 2013, o número total de fogos licenciados apresentou uma variação trimestral de -6,7%, e variação homóloga com um decréscimo de -30%.

Gráfico 12 – Número de Obras Licenciadas e Concluídas por trimestre



Fonte: INE

Observando o quadro 5 verificam-se as regiões com maior e menor representatividade no número total de fogos licenciados e concluídos no ano de 2013.

Assim, a região Norte representa cerca de 43,6% e a Região Autónoma da Madeira representa apenas 1,7% no número total de fogos licenciados.

É também a região Norte a mais significativa no número total de fogos concluídos, que representa 38,5% do todo, enquanto, que a Região Autónoma dos Açores representa 2,8% e a da Madeira, 2,7%.

Quadro 5 – Número de fogos licenciados e concluídos por região

2013	licenciados					concluídos				
	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	Total	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	Total
Norte	855	847	927	637	3.266	1.456	1.994	2.018	1.801	7.269
Centro	481	542	543	466	2.032	1.294	1.283	1.265	1.301	5.143
Lisboa	136	226	270	201	833	493	850	1.074	920	3.337
Alentejo	118	178	123	163	582	257	254	260	233	1.004
Algarve	152	73	120	66	411	232	313	189	318	1.052
R.A. Açores	67	52	56	55	230	144	218	97	69	528
R.A. Madeira	29	38	35	25	127	202	116	142	66	526
	1.838	1.956	2.074	1.613	7.481	4.078	5.028	5.045	4.708	18.859

Fonte: INE

2.3. Obras Públicas

Tal como as obras privadas também as obras públicas tem vindo a sofrer quebras significativas. Em 2013, o número de contratos reportados pelos Donos de Obra Pública ao Portal Base, sofreu uma diminuição de cerca de 26,5%. Relativamente ao montante total contratado também registou uma diminuição de cerca de 13,5% em relação ao ano anterior.

Segundo informação do Banco de Portugal na “Análise Setorial das Sociedades não Financeiras em Portugal 2012/2013”, o setor da construção foi o que registou maior queda no volume de negócios.

Este setor tem vindo a apresentar quedas significativas desde 2010 no volume de negócios, não se perspetivando “melhorias” para o ano de 2013 tendo como consequências óbvias a diminuição do seu peso na economia nacional.

Quadro 6 – Valor dos contratos de Empreitadas de Obras Públicas e seu peso

	2009	2010	2011	2012	2013
milhões de €					
Valor reportado pelos Donos de Obra Pública	4.847,3	2.571,3	2.612,6	1.697,4	1.467,6
Volume de Negócios em Obra	30.885,8	34.409,4	26.837,3	22.451,7	N.D.
em %					
Peso no PIB	2,9	1,5	1,5	1,0	0,9
Peso na FBCF Construção	22,8	12,4	13,8	11,0	10,8
Peso no Vol. de Negócios	14,8	7,7	9,8	7,7	N.D.

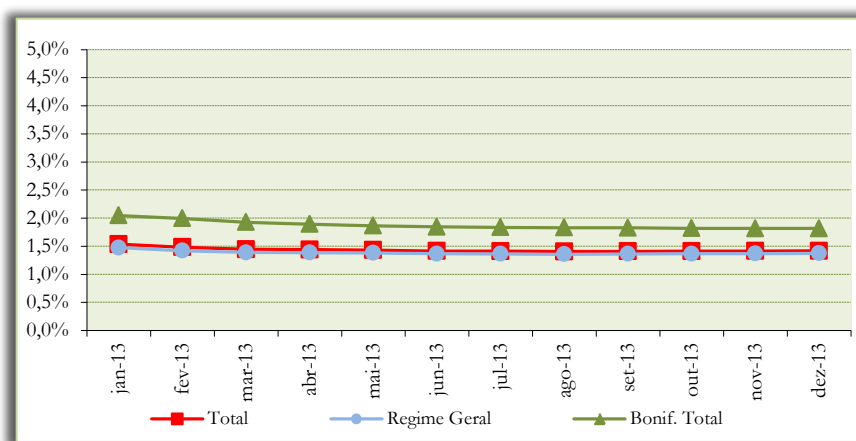
Fonte: InCI, I.P.

Nota: os dados referentes a 2013 são provisórios

2.4. Taxa de juro implícita

Segundo dados disponibilizados pelo INE, no ano de 2013 a taxa de juro implícita³ manteve-se praticamente estável, fixando-se em dezembro em 1,4%, diminuindo 0,2 pontos percentuais (p.p.) face ao mesmo mês de 2012.

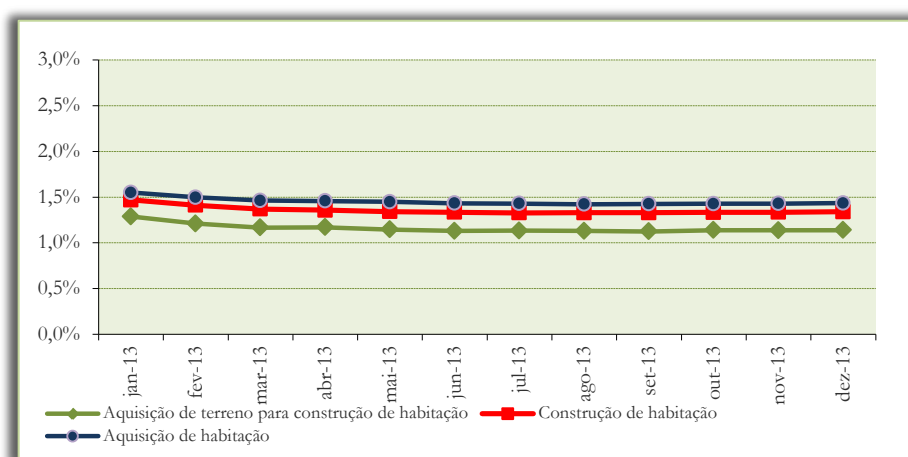
Gráfico 13 – Evolução da Taxa de juro implícita



Fonte: INE

O valor médio do capital em dívida para a totalidade dos contratos de crédito à habitação situou-se, em dezembro, em 57.819 euros (redução de 89 euros face ao mês anterior).

Gráfico 14 – Evolução das taxas de juro no crédito à habitação por destino de financiamento



Fonte: INE

³ A taxa de juro implícita no crédito à habitação reflete a relação entre os juros totais vencidos no mês de referência e o capital em dívida no início desse mês.

Pela observação do gráfico, verifica-se que, em dezembro, a taxa de juro nos três segmentos aumentou ligeiramente face aos meses anteriores: aquisição de terreno para construção de habitação foi de 1,13%; para a construção de habitação foi de 1,34% e para a aquisição de habitação, a taxa de juro implícita foi de 1,43%.

2.5. Valores médios de avaliação bancária

Para o ano de 2013, o valor médio de avaliação bancária da habitação fixou-se em 1.006 euros/m², traduzindo-se num decréscimo de 2,8% face a 2012.

Relativamente a dezembro de 2013, o valor médio da avaliação bancária para o país fixou-se em 1.014 euros/m², correspondendo a diminuições de -0,4% face ao mês anterior e de -0,5% em termos homólogos.

Quadro 7 – Valores médios de avaliação bancária – Habitação (Euros/m²)

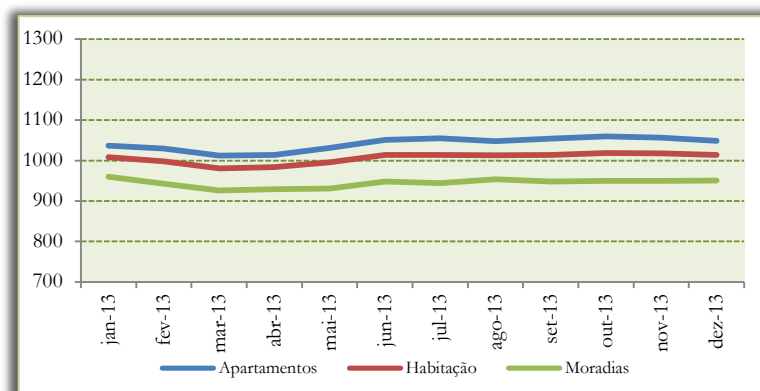
	Dez-12	Jan-13	Fev-13	Mar-13	Abr-13	Mai-13	Jun-13	Jul-13	Ago-13	Set-13	Out-13	Nov-13	Dez-13
Portugal	1.019	1.008	998	981	984	996	1.014	1.014	1.013	1.014	1.019	1.018	1.014
Norte	896	885	878	874	880	879	886	879	880	880	874	877	881
Centro	858	848	832	814	828	833	852	844	849	844	849	846	844
Lisboa	1.207	1.193	1.183	1.148	1.146	1.168	1.197	1.218	1.217	1.224	1.229	1.231	1.219
Alentejo	912	925	927	893	876	858	885	884	905	914	906	898	877
Algarve	1.291	1.268	1.213	1.192	1.183	1.228	1.256	1.256	1.245	1.240	1.298	1.288	1.293
RA Açores	945	964	962	948	935	949	959	959	983	978	1.014	979	969
RA Madeira	1.302	1.366	1.376	1.355	1.246	1.210	1.204	1.262	1.246	1.245	1.218	1.242	1.208

Fonte: INE

Nota: Valores que correspondem à média de todos os valores de avaliação bancária de habitação

Ao observar o quadro verificamos que a região Centro foi uma das que registou uma redução mais intensa no valor da avaliação bancária durante o ano de 2013.

Apenas as regiões Norte e Algarve registaram valores superiores em relação ao mês anterior.

Gráfico 15 – Evolução dos valores médios de avaliação bancária (valores em euros/m²)

Fonte: INE

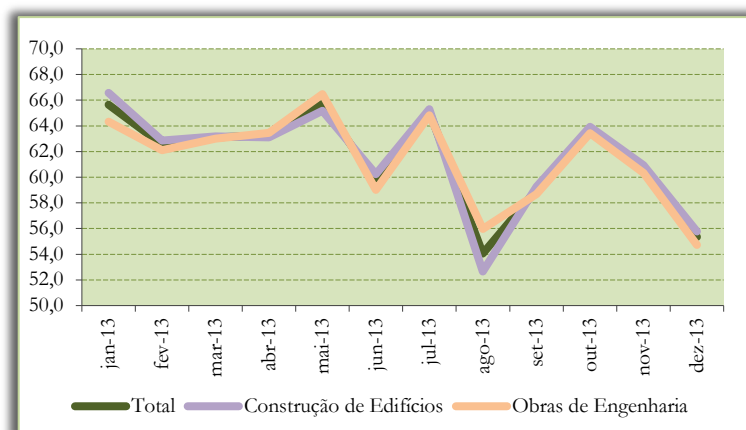
Verifica-se no gráfico 15 que o valor médio da avaliação bancária nos três segmentos tem-se apresentado estável ao longo do ano de 2013, situando-se o valor dos apartamentos em 1.049 euros/m² e das moradias em 951 euros/m².

2.6. Índice de Produção na Construção e Obras Públicas

Segundo dados disponibilizados pelo INE, o índice de produção na construção e obras públicas registou, em 2013, uma redução de -16,3% (idêntica à registada em 2012).

Em dezembro, o índice bruto de produção total apresentou uma variação homóloga de -14,4%.

Gráfico 16 – Índice bruto de produção



Fonte: INE

Os dois segmentos observados apresentaram o mesmo comportamento. O segmento da construção de edifícios apresentou em dezembro uma taxa de variação homóloga de -14,3%, enquanto o segmento da engenharia civil registou, igualmente, uma variação homóloga negativa de 14,5%.

2.7. Vendas de cimento para o mercado interno

Os dados disponibilizados pelas principais empresas do sector permitem analisar o quadro de vendas de cimento para o mercado interno, continuando a verificar-se uma descida nas vendas, quer em termos trimestrais quer homólogos. Este cenário justifica-se pela menos boa *performance* que o sector tem vindo a revelar nos últimos três anos.

Em termos anuais, as vendas de cimento em 2013 registaram uma variação homóloga negativa de -22,9%.

Quadro 8 – Vendas de Cimento para o mercado interno (milhares de toneladas)

	2011					2012					2013				
	1º T	2º T	3º T	4º T	Total	1º T	2º T	3º T	4º T	Total	1º T	2º T	3º T	4º T	Total
	1.178	1.215	1.164	958	4.515	972	857	814	660	3.303	593	672	674	608	2.547
	1º T	2º T	3º T	4º T		1º T	2º T	3º T	4º T		1º T	2º T	3º T	4º T	
Var. Trimestral	-3,8	3,1	-4,2	-17,7		1,5	-11,8	-5,0	-18,9		-10,2	13,3	0,3	-9,8	
Var. Homóloga	-6,1	-16,6	-19,4	-21,7		-17,5	-29,5	-30,1	-31,1		-39,0	-21,6	-17,2	-7,9	

Fonte: dados cedidos ao InCI, I.P. pelas principais empresas portuguesas no sector

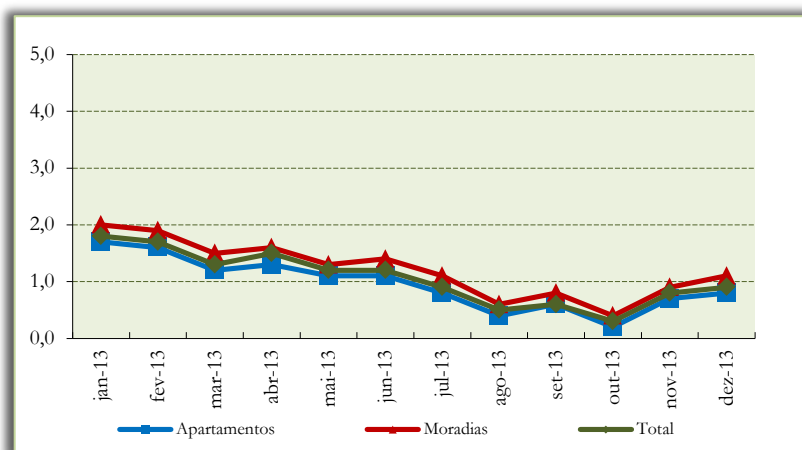
2.8. Índice de Custos de Construção

A variação média anual do índice de custos de construção de habitação nova fixou-se em 1,1% em 2013.

No último mês do ano este índice registou uma variação homóloga de 0,9% significando um acréscimo de 0,1 pontos percentuais (p.p.) face ao mês anterior. Ainda em dezembro, a taxa

de variação homóloga do índice relativo ao segmento apartamentos foi de 0,8% e para o segmento moradias de 1,1%.

Gráfico 17 – Índice de custos de construção de habitação nova (variação homóloga %)

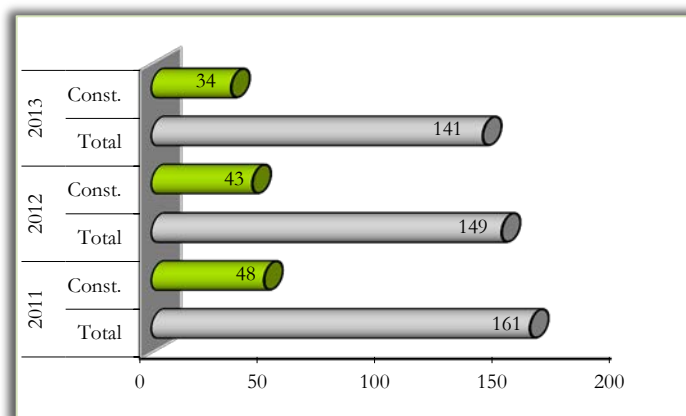


Fonte: INE

2.9. Segurança no Trabalho

O sector da construção continua a ser aquele onde, pela sua natureza e risco, se regista o mais elevado índice de sinistralidade. Segundo dados da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), verificou-se que 2013 apresentou menor número de vítimas mortais em relação ao ano anterior, tal como no setor da construção, passando de 43 para 34 vítimas mortais.

Gráfico 18 – Número de acidentes de trabalho mortais



Fonte: ACT

3. O TECIDO EMPRESARIAL DO SECTOR DA CONSTRUÇÃO

3.1. Títulos emitidos

A atividade da construção em Portugal é regulamentada por lei (DL n.º12/2004, de 9 de janeiro com as alterações introduzidas pelo DL n.º69/2011 de 15 de junho), sendo necessário para o seu exercício a titularidade por parte dos agentes económicos de um título habilitante (alvará ou título de registo), emitido pelo InCI.

Consoante a classe do alvará de que é titular uma empresa de construção, assim se determina o valor limite das obras que poderá executar, de acordo com as categorias e subcategorias constantes na Portaria n.º 19/2004, de 10 de janeiro. Em 2013⁴ vigoraram os limites que constam do quadro seguinte:

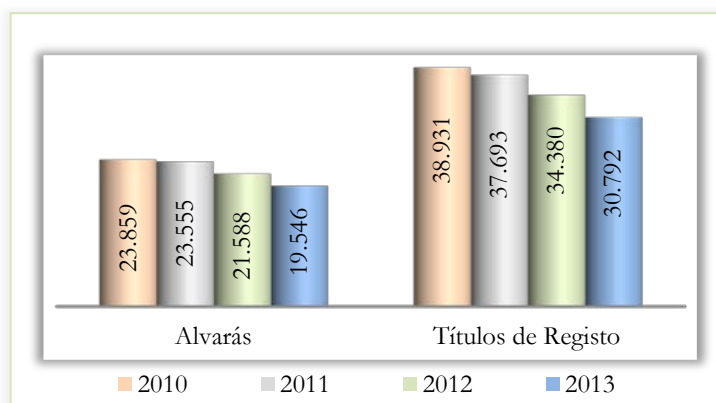
Quadro 9 – Classes de alvarás

Classe das Habilitações	2013
1	166.000 €
2	332.000 €
3	664.000 €
4	1.328.000 €
5	2.656.000 €
6	5.312.000 €
7	10.624.000 €
8	16.600.000 €
9	Acima de 16.600.000 €

No final de 2013, existiam no sector da construção 19.546 empresas habilitadas com alvará e 30.792 com título de registo.

⁴ A Portaria n.º119/2012, de 30 de abril com a retificação n.º27/2012 de 30 de maio estabelece a correspondência entre as classes e os valores das obras que os titulares de alvará ficam autorizados a executar

Gráfico 19 – Títulos habilitantes válidos 2010/2013



Fonte: InCI, I.P

O número de alvarás válidos tem vindo a apresentar uma tendência de descida. Este ano mais significativa do que nos anos anteriores. O número de alvarás válidos registou uma diminuição de 9,5% acompanhando a *performance* menos boa do setor.

No final de 2013, cerca de 60,4% (11.811) das empresas registadas, eram detentoras de alvará em classe 1. Esta foi um das classes que sofreu uma quebra, em relação a 2012, de -9,4%, representando menos 1.226 empresas.

O número de empresas detentoras de alvará nas três primeiras classes atingiu 85,9% (16.786) do total das empresas registadas.

Situação semelhante se verifica quanto ao número de títulos de registo, que também diminuiu de 34.380 em 2012 para 30.792 em 2013, com uma variação de -10,4%. O decréscimo no número de empresas detentoras de Título de Registo revela um cenário pouco favorável na atividade para os Empresários em Nome Individual e microempresas no sector da construção.

3.1.1. Distribuição por classe de alvarás

Relativamente à distribuição de alvarás por classes, verificou-se um decréscimo no número de empresas classificadas em todas as classes, tendo a classe 3 apresentado uma diminuição mais significativa (-12,1%).

Quadro 10 – Distribuição do número de empresas por classe de alvará

Classes	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Var. 2013/2012
Classe 1	16.354	15.229	15.614	14.958	14.580	14.511	13.037	11.811	-9,4%
Classe 2	2.486	2.706	2.840	3.393	3.465	3.399	3.295	3.025	-8,2%
Classe 3	2.990	2.808	2.834	2.673	2.590	2.450	2.219	1.950	-12,1%
Classe 4	1.652	1.615	1.632	1.635	1.614	1.546	1.448	1.282	-11,5%
Classe 5	886	945	948	1.007	1.018	1.036	1.035	954	-7,8%
Classe 6	354	290	290	323	321	334	291	274	-5,8%
Classe 7	122	115	120	126	135	132	123	115	-6,5%
Classe 8	53	38	38	43	40	44	42	45	7,1%
Classe 9	88	83	84	86	96	103	98	90	-8,2%
Total	24.985	23.829	24.400	24.244	23.859	23.555	21.588	19.546	-9,5%

Fonte: InCI, I.P.

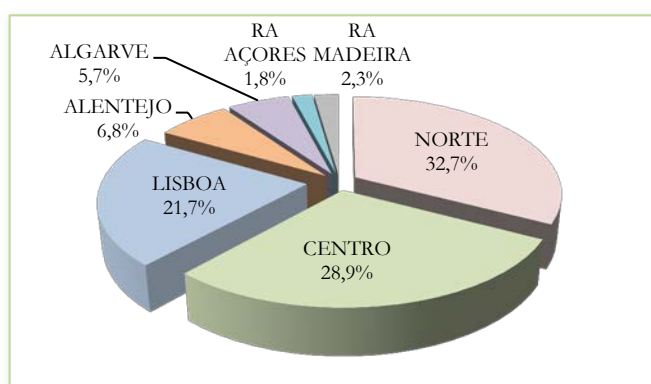
Saliente-se o facto de a classe 1 e 2 representarem cerca de 76% do mercado, ou seja, $\frac{3}{4}$ das empresas de construção, podendo executar obras até 332.000€.

3.1.2. Distribuição geográfica

Relativamente à distribuição geográfica (Nuts II), verifica-se que as regiões do Norte e Centro detêm um maior número de empresas com alvará, respetivamente 32,7% e 28,9%.

Em termos de distritos, Lisboa detém a maior parcela de empresas detentoras de alvará, cerca de 18,9% do total de agentes económicos detentores do país, logo seguida do Porto com cerca de 13,6%.

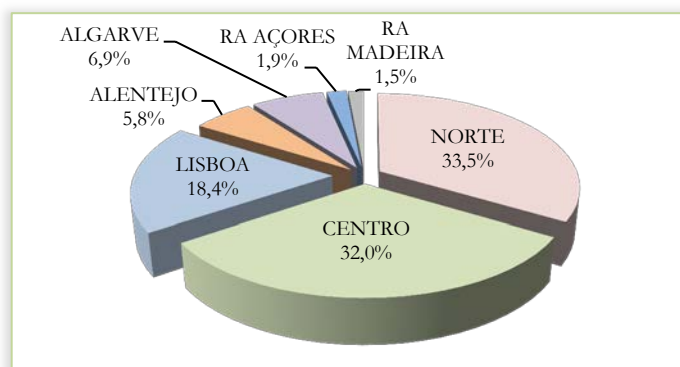
Gráfico 20 – Distribuição de Alvarás por Região Nuts II (2013)



Fonte: InCI, I.P.

Situação idêntica na distribuição geográfica para as empresas detentoras de Título de Registo. O Norte é detentor de 33,5% dos Títulos de Registo e o Centro, de 32%. Na distribuição por distritos, Lisboa detém cerca de 15,6% de empresas detentoras de Título de Registo e o Porto detém 13,7%.

Gráfico 21 – Distribuição de Títulos de Registo por Região Nuts II (2013)



Fonte: InCI, I.P.

3.2. Análise da situação financeira das empresas no exercício de 2012

3.2.1. Sector da construção

O Decreto-Lei n.º 12/2004, de 9 de janeiro alterado pelo Decreto-Lei n.º 69/2011, de 15 de junho, define como um dos requisitos de ingresso e permanência na atividade da construção a capacidade económica e financeira das empresas de construção, aferida em função do valor do capital próprio, do volume de negócios global e em obra e dos indicadores de liquidez geral e autonomia financeira⁵.

Tendo por base as demonstrações financeiras de uma amostra de 17.682 empresas (cfr. quadro infra), relativas ao ano de 2012, correspondendo a 82% do total de empresas com alvará, é possível uma caracterização genérica das empresas de construção reguladas pelo InCI.

Quadro 11 – Amostra das empresas objeto de análise

Classes	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Nº Empresas	10.573	2.837	1.774	1.184	852	241	104	40	77

Fonte: InCI, I.P.

Muitas das características do tecido empresarial de determinada atividade são evidenciadas pela análise da situação económica e financeira das empresas, tendo em consideração alguns indicadores económico-financeiros, designadamente, *Liquidez Geral*, *Autonomia Financeira*, *Rentabilidade dos Capitais Próprios*, *Custos com o Pessoal* e *Volume de Negócios em Obra*, com base no cálculo dos quartis superior, inferior e mediana.

Procede-se a uma análise/comparação da documentação fiscal (Balanço e Demonstração de Resultados) da amostra de empresas mencionada. A documentação em causa reporta-se ao ano fiscal de 2012 e foi disponibilizada ao InCI no âmbito do processo de revalidação anual de alvarás para 2014. Assim:

⁵ N.º 1 do artigo 10 do referido diploma.

Liquidez Geral⁶

O rácio de Liquidez Geral é um dos indicadores cujo cumprimento é exigido pelo DL n.º 12/2004 de 9 de janeiro, não podendo as empresas detentoras de alvará de classe máxima superior à 1, deter menos de 100% neste rácio no exercício de 2012 ou na média dos três últimos exercícios.

Quadro 12 – Liquidez Geral

Liquidez Geral (%)	Quartil Superior	382,9%
	Mediana	192,6%
	Quartil Inferior	124,4%

Fonte: InCI, I.P.

Pela análise do quadro 12, verifica-se que a mediana neste indicador foi de 192,6%. O quartil inferior foi de 124,4%, valor acima do limite legal vigente (100%).

No entanto 2.037 empresas (cerca de 11,5%) apresentaram uma liquidez com valor inferior a 100%, sendo que 1.545 são detentoras de classe 1. As restantes 492 poderão não conseguir manter a mesma classe de alvará por incumprimento deste indicador, salvo se a média dos três últimos anos for superior a 100%.

Quadro 13 – Número de empresas com Liquidez Geral inferior a 100% por classe

Total de empresas	N.º
Classe 1	1.545
Classe 2	200
Classe 3	131
Classe 4	71
Classe 5	57
Classe 6	21
Classe 7	5
Classe 8	2
Classe 9	5
Total	2.037

Fonte: InCI, I.P.

⁶ $Liquidez\ Geral = \frac{Activo\ corrente}{Passivo\ Corrente}$

Refira-se ainda que este indicador apresentou, no ano de 2012, um comportamento próximo do registado nos anos anteriores (embora para 2010, o valor de referência para este indicador era de 105%).

Autonomia Financeira⁷

A Autonomia Financeira é outro indicador exigido para efeitos de permanência na atividade, para as empresas de classe superior a 1.

Quadro 14 – Autonomia Financeira

Autonomia Financeira (%)	Quartil Superior	58,5%
	Mediana	33,7%
	Quartil Inferior	15,7%

Fonte: InCI, I.P.

Tendo por referência o limite mínimo atualmente exigido (5%) às empresas da classe 2 ou superior, verifica-se que 2.011 empresas (cerca de 11,4% das empresas analisadas) apresentam um rácio inferior àquele limiar. Ainda que destas empresas 1.612 pertençam à classe 1, existem, ainda assim 399 empresas das restantes classes que não cumprem aquele limite, de entre as quais se encontram 5 empresas da classe 9.

Quadro 15 – Número de empresas com Autonomia Financeira inferior a 5% por classe

Total de empresas	N.º
Classe 1	1.612
Classe 2	176
Classe 3	88
Classe 4	62
Classe 5	49
Classe 6	12
Classe 7	6
Classe 8	1
Classe 9	5
Total	2.011

Fonte: InCI, I.P.

⁷ $Autonomia\ financeira = \frac{Capital\ Próprio}{Activo\ Líquido\ Total}$

Rentabilidade dos Capitais Próprios⁸

Este é um indicador importante, no sentido de conter virtualidades para orientar o investidor nas suas decisões de investimento.

Quadro 16 – Rentabilidade dos Capitais Próprios

Rentabilidade dos Capitais Próprios (%)	Quartil Superior	10,5%
	Mediana	2,0%
	Quartil Inferior	-3,7%

Fonte: InCI, I.P.

Saliente-se que neste indicador os valores dos quartis diminuíram significativamente em 2012 comparando com o ano anterior. As empresas situadas no quartil inferior têm uma reduzida capacidade de remunerar capitais investidos, o que se poderá dever a um baixo valor de resultados líquidos no exercício em análise. Das 17.682 declarações financeiras analisadas verificaram-se resultados líquidos negativos em 5.180 empresas (29,3% do total da amostra).

Custos com o Pessoal

Permite verificar uma relação direta entre a classe detida e o valor deste indicador, já que a exigência em vigor é a detenção, por parte da empresa de, no último exercício um valor de custos com o pessoal igual ou superior a 7% do valor limite da classe anterior à classe máxima detida. Analisando o valor do quartil superior observa-se que este é superior à exigência legal em vigor.

Quadro 17 – Custos com Pessoal

Custos com Pessoal (€)	Quartil Superior	147.044,2
	Mediana	63.109,0
	Quartil Inferior	29.135,7

Fonte: InCI, I.P.

⁸ $Rentabilidade\ dos\ capitais\ próprios = \frac{Resultado\ Líquido\ do\ Exercício}{Capitais\ Próprios}$

Volume de Negócios em Obra⁹

Quadro 18 – Volume de Negócios em Obra

Volume de Negócios em Obra (€)	Quartil Superior	508.427,1
	Mediana	186.328,7
	Quartil Inferior	76.079,8

Fonte: InCI, I.P.

Da análise do quadro é possível constatar que os valores da mediana e dos quartis parecem consistentes.

Refira-se que da amostra analisada, 963 empresas apresentaram o valor nulo no campo Volume de Negócios em Obra. Destas empresas, 774 são detentoras de alvará de classe 1 e as restantes distribuídas pelas classes 2 a 5.

Quadro 19 – Número de empresas sem Volume de Negócios em Obra por classe

Total de empresas	N.º
Classe 1	774
Classe 2	70
Classe 3	70
Classe 4	31
Classe 5	18
Total	963

Fonte: InCI, I.P.

9

VNO =

Venda e serviços prestados + Variação nos inventários da Produção (se positiva) + Trabalhos para a própria Empresa

3.3. Insolvências no sector

Foram reportados ao InCI, através do Instituto Informador Comercial, o número de empresas que se encontram em processo de insolvência. O InCI tratou a informação cruzando com o número de empresas com título habilitante válido a 31 de dezembro de cada ano (2009, 2010, 2011, 2012 e 2013). Em 2013 diminuiu significativamente este tipo de processos.

Quadro 20 – Número de empresas em processo de insolvência no sector da construção

Título Habilitante	Número de Empresas					
	2009	2010	2011	2012	2013	Total
Alvará	384	507	651	743	614	2.899
Alvará + Tit. Registo	28	38	73	66	9	214
Tit. Registo	100	141	235	567	254	1.297
Total	512	686	959	1.376	877	4.410

Fonte: InCI, I.P.

4. A EUROPA

4.1. Portugal e os países do Euroconstruct¹⁰

Segundo dados do *Euroconstruct*, em Portugal a taxa de “crescimento” no sector da construção, em 2013 foi, em sintonia com o verificado nos últimos oito anos, uma vez mais negativa (-18%), mais acentuada que nos anos anteriores, como poderá observar-se no quadro 21. Importa referir que Portugal foi um dos mais atingidos pela recessão, registando uma diminuição no PIB de -1,5%, segundo a “75.ª Conferência do Euroconstruct – junho de 2013 (-1,4% segundo o INE).

A mesma fonte informa que a produção da construção em 2013 para estes países caiu cerca de 22% entre os anos 2007 e 2013, prevendo-se que em 2014 haja alguma recuperação com uma previsão de 0,5%. Os anos de 2009 e 2012 foram drásticos para os países da União, provocando recessões em vários Estados Membros e conduzindo a quedas acentuadas na produção da construção.

Acompanhando a queda em Portugal, também em outros países, nomeadamente na França, Irlanda, Bélgica, Holanda, Espanha, Suécia, Reino Unido, República Checa, Polónia e Eslováquia apresentaram taxas de produção no sector negativas (-3,3%, -8,8%, -0,1%, -3,9%, -23,8%, -0,8%, -2,0%, -6,1%, -5,6% e -2,0%, respetivamente).

Os restantes países apresentaram algum crescimento, nomeadamente, a Hungria, Noruega, Dinamarca. Os restantes países deste grupo apresentam taxas de variações menos significativas.

Quadro 21 – Output da Construção (taxas de crescimento real %)

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (e)	2013 (p)	2014 (p)
Portugal	-5,3	-0,4	-4,8	-9,8	-6,2	-10,0	-15,5	-18,0	-3,5
Países do Euroconstruct	3,7	2,3	-3,7	-8,9	-3,3	0,3	-5,3	-2,8	0,5

Fonte: 75^ª Euroconstruct Conference

Notas: (e): estimado (p): previsto

¹⁰ Áustria, Bélgica, República Checa, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Hungria, Irlanda, Itália, Países Baixos, Noruega, Polónia, Portugal, Eslováquia, Espanha, Suécia, Suíça e Inglaterra.

No mercado da construção o segmento dos edifícios residenciais, em Portugal registou uma queda de cerca de 14,4% (valor menos acentuado que em 2012), prevendo-se que em 2014 perspetivem-se melhorias neste segmento.

Também, nos países do *Euroconstruct*, este segmento apresentou uma variação negativa em 2013, (-2,2%) depois de 2011 ter apresentado um crescimento de 2,1%.

Quadro 22 – Edifícios Residenciais (Variação da produção %)

Portugal	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (e)	2013 (p)	2014 (p)
Construção Nova	-8,5	-4,0	-13,0	-30,0	-20,0	-13,0	-28,0	-28,0	-5,0
Renovação	0,5	-1,5	-2,5	-3,0	-1,0	-3,5	-5,0	-4,0	1,0
Total residencial	-5,9	-3,2	-9,7	-20,8	-12,1	-8,5	-16,6	-14,4	-1,2
Países do <i>Euroconstruct</i>	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (e)	2013 (p)	2014 (p)
Construção Nova	6,1	-2,1	-16,4	-22,5	-6,1	3,3	-6,7	-3,2	2,2
Renovação	2,4	3,5	-0,2	-3,9	1,3	1,2	-2,7	-1,5	0,4
Total residencial	4,3	0,6	-8,5	-12,7	-1,8	2,1	-4,3	-2,2	1,1

Fonte: 75^ª *Euroconstruct Conference*

Notas: (e): estimado (p): previsto

Tal como o segmento dos edifícios residenciais, também os edifícios não residenciais apresentaram em 2013 uma quebra significativa, de -17,7%. Esta quebra justifica-se pela falta de investimento público neste segmento. Esta tendência é acompanhada para a média dos países do *Euroconstruct*.

Quadro 23 – Edifícios Não Residenciais (Variação da produção %)

Portugal	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (e)	2013 (p)	2014 (p)
Construção Nova	-5,0	7,0	1,0	-4,0	-8,5	-17,0	-14,0	-21,0	-6,0
Renovação	4,0	-1,0	1,0	5,0	20,0	-5,0	-9,0	-8,0	-2,0
Total residencial	-3,5	5,6	1,0	-2,5	-3,5	-14,4	-12,8	-17,7	-4,9
Países do <i>Euroconstruct</i>	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (e)	2013 (p)	2014 (p)
Construção Nova	4,4	7,0	0,8	-14,0	-7,4	-0,6	-5,7	-5,7	-1,6
Renovação	1,8	2,7	0,9	-3,4	-2,5	0,8	-3,3	-0,8	1
Total residencial	3,3	5,2	0,8	-9,5	-5,2	0,0	-4,6	-3,3	-0,3

Fonte: 75^ª *Euroconstruct Conference*

Notas: (e): estimado (p): previsto

O segmento da engenharia civil apresentou, em 2013, uma variação negativa tanto para Portugal como para os países do *Euroconstruct*, -22,3% e -3,5%, respetivamente, que se justifica igualmente pelas fortes medidas restritivas no investimento público nesta área.

Estima-se que, em Portugal, o segmento da Engenharia Civil continue com variações negativas, nomeadamente para 2014, mas menos acentuadas com uma estimativa de cerca de -5,2%.

Quadro 24 – Engenharia Civil (Variação da produção %)

Portugal	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (e)	2013 (p)	2014 (p)
Infra-estruturas de Transporte:									
Estradas	-10,0	1,0	0,0	3,0	-1,0	-9,0	-21,0	-27,0	-11,0
Caminhos de ferro	2,0	-2,5	-1,0	1,0	-1,5	-12,5	-22,0	-25,0	-5,0
Outros	1,0	-1,5	0,0	4,0	-4,0	-0,5	-1,0	-28,0	-2,0
Total	-7,0	0,1	-0,2	2,6	-1,3	-9,3	-20,0	-26,7	-9,1
Total da Engenharia Civil	-5,7	0,0	-0,6	2,5	-0,8	-8,2	-16,4	-22,3	-5,2
Países do <i>Euroconstruct</i>	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012 (e)	2013 (p)	2014 (p)
Total da Engenharia Civil	3,1	2,1	0,4	0,0	-3,4	-2,7	-8,3	-3,5	0,4

Fonte: 75th Euroconstruct Conference

Notas: (e): estimado (p): previsto

5. SÍNTESE

Em Portugal, os anos 2011 e 2012 ficaram marcados por desacelerações significativas na atividade económica. O ano de 2013 começou ainda com a atividade económica em queda, no entanto não tão acentuada como nos dois anos anteriores.

Destaque-se o abrandamento do crescimento nos EUA e no Japão e um crescimento mais moderado na União Europeia, com evoluções muito distintas nos estados membros. As economias emergentes também desaceleraram, apesar dos países asiáticos continuarem com um elevado dinamismo.

O sector da construção, habitualmente um sector sensível e que funciona como barómetro da economia nacional, acabou por sentir os efeitos da crise, tendo visto a sua situação degradar-se, nomeadamente quanto ao volume de negócios e, conseqüentemente, quanto ao seu contributo para o investimento nacional, sabendo-se, além disso, o peso que esta indústria representa no mercado nacional de emprego.

As perspetivas no mercado nacional para o ano de 2014 não serão, seguramente, as que o sector desejaria, não só por via da retração do investimento privado, mas também pelas restrições de natureza orçamental com que Portugal se debate, que impõem contenção na despesa pública e, inevitavelmente, também no investimento público, restrições essas, aliás, que vêm afetando a capacidade de investimento do Estado desde o início da década, e que têm vindo a afetar negativamente a dimensão do mercado interno da construção.

O sector continuará a ter que enfrentar uma conjuntura desfavorável – os grandes ajustamentos eram previsíveis face aos excessos da construção nova em Portugal nas últimas duas décadas, quer de edifícios, quer de infraestruturas.

A solução imediata para as empresas do sector, designadamente para as de maior dimensão, passa, em grande parte, pela internacionalização, seja no continente Africano (designadamente Angola e Moçambique) ou no continente Americano (Estados Unidos e Brasil), pese embora a dimensão comparativa não muito favorável das nossas maiores empresas no contexto internacional e mesmo no contexto europeu.

No plano interno, aguarda-se, com expectativa que as medidas legislativas que o Governo tem vindo a tomar incentivem o investimento privado na reabilitação urbana, mercado que se apresenta como atrativo para as empresas do setor da construção, em especial para as PME nacionais.

6. FONTES ESTATÍSTICAS

Variáveis e fontes			
Nível	Variável	Fonte	
Envolvente Macroeconómica	PIB	INE	
	FBCF		
	VAB		
	Consumo Privado		
	Índice de Preços no Consumidor		
	Emprego e Desemprego	INE, IIEFP	
	Défice Orçamental	Banco de Portugal	
Sector da Construção	Mercado em Portugal	Obras Particulares: Licenciadas e Concluídas	INE
		Contratos de Empreitadas de Obras Públicas	InCI
		Índice de Produção na Construção e Obras Públicas	INE
		Vendas de Cimento para o mercado externo	Cimpor, Secil
		Índice de Custo de Construção de Habitação Nova	INE
		Acidentes de Trabalho	ACT
		Taxa de Juro implícita no crédito à habitação	INE
		Valores de avaliação bancária	
	Tecido Empresarial	Alvarás e Títulos de Registo	InCI
		Insolvências	
		Indicadores económico-financeiros das empresas inscritas no InCI, I.P.	
	Macro-enquadramento Europa	Variação da Produção de Edifícios Residenciais e Não Residenciais e de Obras de Engenharia Civil	Euroconstruct
		Variação do PIB	